

**ATAS**  
**ATA N.º 215/2026**

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dez horas e trinta minutos, no Hotel Eurostars Universal Lisboa sito na Av. do D. João II (13), Lote 1.12.01, Parque das Nações – 1990-221 em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Andebol de Portugal, conforme convocatória de 24 de abril de 2026 do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, convocada nos termos dos artigos 54.º, n.º 1 a), 57.º, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Apreciar e votar o Relatório e Contas do Exercício do ano de 2025.

Ponto Dois: Assuntos de interesse da modalidade.

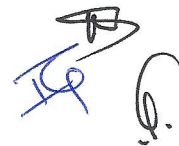
A Mesa foi constituída pelo Presidente, Manuel Furtado de Sousa, pelo Vice-Presidente António Gil Duarte Pereira e foi secretariada por Isabel Garcias.

Dos órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal participaram o Presidente da Federação, Miguel Laranjeiro, os membros da Direção, o Vice-Presidente Miguel Fernandes, a Vice-Presidente Vera Lopes e o Vice-Presidente João Paulo Velez. Estiveram igualmente presentes o Vice-Presidente do Conselho de Arbitragem, Fernando Ferrão e Presidente do Conselho Fiscal, Raul Castro. Esteve, ainda, presente o Contabilista certificado da Federação, Mário Bernardes.

Estiveram presentes 24 (vinte e quatro) dos 49 (quarenta e nove) delegados que compõem a totalidade dos delegados dos membros ordinários da Assembleia Geral, conforme mapa anexado em separado. Depois de saudar os presentes, o Presidente da Mesa começou por referir que o delegado da Associação de Andebol da Madeira, Bernardo Vasconcelos, participava na presente sessão por meio de videoconferência, nos termos estatutariamente previstos, o que foi aprovado por unanimidade pela assembleia, tendo a Direção assegurado o funcionamento de tais meios de videoconferência, previstos no artigo 51.º, n.º 4 dos Estatutos. Colocou, ainda, à Assembleia geral uma moção de reconhecimento e louvor a Luís Pacheco, apresentada pela Direção, que cessou funções como colaborador da Federação ao fim de mais de 30 anos de dedicação à modalidade, que submetida à votação foi aprovada por unanimidade e aclamação. Foi ainda apreciado um requerimento da Direção no sentido de a nova Associação Portuguesa de Árbitros de Andebol (APAA) poder assistir às duas Assembleias gerais a realizar hoje, o que foi aprovado por unanimidade.

## ATAS

Dando início à sessão, esclareceu que se iria a apreciar as atividades e as contas do exercício de 2025 e passou a palavra ao Presidente da Federação. No uso da palavra, saudou todos os presentes, passando a uma apresentação efetuada em PowerPoint, detalhada, sobre as atividades da Federação no ano de 2025 e das suas contas. Assim, começou por referir que o ano de 2025 foi muito intenso em atividades, com muito envolvimento de toda a comunidade do Andebol e com a continuação do foco no desenvolvimento do Andebol, em todas as suas variantes e com muita responsabilidade e viabilidade. Realçou o extraordinário trabalho nas seleções nacionais, salientando as seguintes classificações: a Seleção A Masculina – 4º lugar Mundial, a Seleção Sub21 Masculina – 2º lugar Mundial, Seleção Sub-19 M que participou no Mundial no Egito, a Seleção Sub-17 M que participou no Festival Olímpico da Juventude Europeia (FOJE), a Seleção A Feminina em 2025, que não conseguiu o apuramento para o Mundial, a Seleção Sub-19 F e Seleção Sub-17 F, que participaram nos respetivos Campeonatos da Europa, a Seleção ACR – Campeã da Europa, a Seleção Masculina Andebol Praia - vice-campeã no World Games; de seguida apresentou um quadro com as presenças das seleções nos campeonatos internacionais, salientando mais um grande feito da Seleção A Masculina, que participou em janeiro de 2025 no Mundial da Noruega, Suécia e Croácia, alcançando o melhor resultado de toda a história do Andebol (4.º lugar), a que se seguiu já em janeiro de 2026 o 5.º lugar no Europeu da Dinamarca, com um impacto extraordinário ao nível internacional e nacional, com audiências televisivas na RTP que superaram, o conjunto, mais de 5 milhões de telespectadores e outros recordes batidos nas redes sociais, plataformas e com um retorno de imagem e reputação do Andebol absolutamente sensacional, o que é o resultado do trabalho de todos nos últimos anos: realçou também que Seleção A Masculina já se apurou para o Mundial de 2027, estando também apurada para o Europeu de 2028, que vamos co-organizar em Portugal; salientou também o extraordinário percurso dos Clubes nas Competições europeias: Ao nível masculino, na época 2024/2025 houve a participação dos clubes nacionais na Champions League (Sporting CP) e na EHF European League (FC Porto, SL Benfica, Marítimo e o ABC); No feminino, o SL Benfica (European League), Madeira SAD, A.D. S. Pedro Sul, Colégio de Gaia (EHF European Cup) foram os nossos representantes nas competições europeias; quanto ao Ranking EHF Masculinos, na Liga Campeões: 7º lugar; Liga Europa: 2ª, atrás apenas da Alemanha, questionando onde é que no país estamos apenas atrás da Alemanha, e nos Femininos, em que subimos do 10º para o 8º lugar na European



## ATAS

Folha 24

Cup. Já no que respeita ao Andebol de Praia, referiu-se à Seleção Masculina, que foi vice-campeã no World Games (China), as Seleções Seniores que participaram no Campeonato da Europa (Turquia), e no IHF Global Tour Portugal voltou a destacar-se com a conquista da medalha de prata no masculino e da medalha de bronze no feminino; Ao nível dos Clubes de Andebol de Praia, a equipa do Nazaré BHT sagrou-se Campeão Europeu de Clubes 2025, em Porto Santo, prova que foi mais uma vez um grande sucesso desportivo e organizativo; No que respeita ao Andebol 4 All, referiu que a Seleção de Andebol em Cadeira de Rodas tinha sido Campeã Europeia (Lituânia), assim como venceram o Torneio Euro Handball4All; E que as atividades do Andebol para Cidadãos com Deficiência Intelectual desenvolveram-se conforme planeado, nomeadamente com várias reuniões com as Associações Regionais para normalizar o Andebol nesta vertente. Em relação à Arbitragem, referiu-se ao excelente trabalho que o Conselho de Arbitragem está a realizar, ao patamar de estabilização da atividade que alcançou, realçando-se o acompanhamento e a captação de novos árbitros e delegados, assim como a Formação; A dupla Rúben Maia e André Nunes passou a integrar os quadros da IHF e a dupla Hugo Xavier e Alexandre Bragança os quadros da EHF; e três duplas internacionais de Andebol indoor, uma dupla de árbitros internacionais de Andebol de Praia e uma dupla de árbitros internacionais de Andebol em Cadeiras de Rodas, para além de cinco delegados internacionais. De seguida, salientou a importância de envolver as Autarquias, os Clubes e as Escolas, no 1º ciclo - envolvidas seis Associações Regionais, 58 concelhos e abrangemos mais de 15.000 crianças- e no Programa MasterPlan, que envolveu 43 clubes a nível nacional em mais de 136 escolas de 1º ciclo de Ensino Básico e mais de 10.000 alunos. No que concerne ao plano Institucional, salientou a relação com as diversas entidades, com destaque para o facto de presidimos na EHF à Comissão de Métodos (Pedro Sequeira), na Comissão das Mulheres (Leonor Mallozzi) e no Andebol Praia (Mário Bernardes); No Congresso da IHF (Egito), foram eleitos Miguel Fernandes (Membro da Comissão Arbitral), Pedro Mourão (Membro do Tribunal Arbitral), José Costa (Membro da Comissão de Ética) e Ulisses Pereira (Auditor Interno). Participamos em diversos grupos de trabalho, com Miguel Fernandes na APCVD e nos Grupos de trabalho com Federações, grupo das 5 de maior relevo e atividade. Quanto à divulgação e promoção da modalidade, salientou a assinatura de novos contratos com parceiros de referência e o início de contactos e trabalho com novos patrocinadores que podem ter lugar no ano em curso; A newsletter +Andebol, a renovação da Loja online

Handwritten initials and a signature in blue ink.

## ATAS

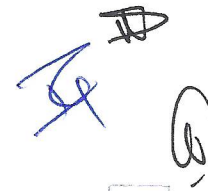
Folha 25

FAP ou a inovação na venda de bilhetes, com a criação de diversos packs; somos líderes nas redes sociais entre as modalidades coletivas de pavilhão; Salientou a relação com o canal parceiro Bola TV, a importância dos canais dos Clubes (Porto Canal, Sporting TV e Benfica TV), mas também da Andebol TV, com mais de 49.000 seguidores e um aumento de 33% face ao ano anterior e a transmissão de centenas de jogos ao longo da época; Ao nível das transmissões televisivas a RTP é o canal oficial para as transmissões das seleções nacionais, registando no ano de 2025 uma audiência acumulada de 2,7 milhões de telespectadores, com destaque para o jogo Portugal-Dinamarca que ultrapassou os 1,1 milhões; referiu também a importância do Streaming de todos os jogos da PO1 e PO9; Já ao nível da Formação tem havido uma aposta continua nos treinadores, árbitros e professores de educação física, realçando a organização de mais um Congresso Técnico Científico e a importância do processo de certificação dos Clubes, que é uma aposta certa. Finalizou a apresentação referindo que não há modalidade coletiva de pavilhão que se possa comparar ao nosso desempenho, com intensa atividade; o foco está no desenvolvimento da modalidade, com mais atletas, mais competição, mais visibilidade, mais apoios, envolvendo todos e essa tem sido uma das bases do sucesso. Foi um ano exigente, com muita responsabilidade, assegurando a viabilidade e a sustentabilidade da Federação, com rigor e exigência.

Entrando na análise das Contas e apresentando vários gráficos para o efeito, abordou em primeiro lugar a estrutura dos Rendimentos, onde a Prestação de Serviços passou para 1.817.291€ em 2025, representando uma subida de 207.663€ relativamente a 2024 influenciado pelo aumento dos patrocínios; A rubrica dos Subsídios passou de 2.759.159€ em 2024 para 3.064.366€ em 2025 também influenciada pelas receitas da organização do COP para preparação dos Jogos Olímpicos; na rubrica de "Outros Rendimentos", passou de 2.197.052€ em 2024 para 1.932.774€ em 2025, verificando-se uma descida na diminuição de receita da EHF, correspondendo a uma variação negativa de 264.278€ compensada pela subida na Prestação de Serviços. A Prestação de Serviços representa 27% da estrutura de rendimentos, os Outros Rendimentos desceram de 34% para 28%, os Subsídios aumentaram o seu peso nas fontes de financiamento, 45%. O peso dos gastos com as Competições situa-se nos 78% continuando a representar a grande fatia dos nossos gastos / investimentos que se direciona para aquilo que nos move, as Competições e as Seleções Nacionais; Os FSE mantêm a percentagem de 14% da estrutura de gastos e os Custos com pessoal passaram de 7% para 8%; No que respeita à estrutura do Balanço e

## ATAS

relativamente ao Ativo, o valor diminuiu devido à saída da AndMarketing com a devida utilização das provisões passando de em 2024 um total de 4.264.153€ para 3.968.610€ em 2025; Relativamente à segunda parte do Balanço, Fundos Patrimoniais e Passivo, salientamos o aumento dos Fundos Patrimoniais em resultado do Resultado obtido em 2024 no montante de 33.877€; Na rubrica de “Fornecedores” regista-se uma variação de 936.885€ para 1.174.785€, em que o aumento do saldo se deve sobretudo ao aumento de atividade da Federação, principalmente ao nível das seleções. Em suma os Resultados do Exercício de 2025 foram de novo positivos, de 15.548,11€ (quinze mil quinhentos e quarenta e oito euros e onze cêntimos). De seguida, referiu-se à diminuição dos financiamentos obtidos, assim como dos juros pagos, que não podemos viver de empréstimos para a atividade corrente, temos de os saldar: no Santander, terminámos os dois em 2025, o Empréstimo Covid termina neste ano de 2026 e a Locação financeira dos imóveis termina em 2027; Salientou, ainda, o Parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Federação e a Certificação Legal das Contas, efetuada pela DFK, sem reservas nem ênfases, o que sucede pelo 5.º ano consecutivo; Finalizou, apresentado um quadro com a comparação dos valores entre as dívidas a Fornecedores e os créditos que temos a receber das várias entidades, e que se recebêssemos o que nos é devido poderíamos pagar todas as nossas dívidas; a fechar a sua intervenção partilhou com a Assembleia o vídeo oficial da cerimónia do sorteio da Qualificação para o Euro 28, que se realizou em Lisboa no passado mês de Março, no Museu do Tesouro Real e que foi um sucesso, referindo que o Euro 28 será o maior desafio que temos pela frente, 34 anos depois vamos jogar em casa, com dois preminary round e um main round; organizámos o referido sorteio para a qualificação, que mais uma vez foi Top, aproveitando para agradecer a todos os trabalhadores da FAP envolvidos; falou também na Bilhética e nos critérios para bilhetes, com os primeiros meses mais baratos. Após a sua intervenção, o Presidente da Federação passou a palavra ao Vice-presidente João Paulo Velez, que dirigiu algumas palavras aos membros da assembleia, realçando e fazendo o ponto de situação aos contratos comerciais e potenciais patrocínios que a Federação já fechou e outros que poderá vir a fechar a curto prazo; neste âmbito, salientou os contratos celebrados com as Águas Monchique, a Alfaloc, a Ferreira Build, a Acrilsports, e outros que estão em fase final de negociação com marcas de prestígio, tendo em vista o patrocínio direto dos equipamentos oficiais da Seleção; Interveio, também, a Vice-presidente Vera Lopes, que abordou a área do Andebol Feminino, os objetivos atingidos e não atingidos, o crescimento do número de inscritos



## ATAS

Folha 27

no Feminino nas últimas épocas, as melhorias que se pretendem introduzir nas competições femininas na próxima época, nomeadamente ao nível do Marketing e Comunicação e também as alterações aos quadros competitivos, tendo em vista aumentar qualitativamente o nível das competições, assim como os trabalhos das Seleções Nacionais. Submetida a discussão o Relatório e as Contas, interveio em primeiro lugar o delegado Manuel Moreira, da Associação de Andebol de Braga, que começou por felicitar a nova Associação de Árbitros e a importância de ter os árbitros representados na Assembleia geral, referindo-se, de seguida, ao mérito e riqueza de conteúdo do relatório de atividades da Federação, assim como das Contas, assinalando as dificuldades económicas e financeiras na sua execução e a falta de meios; questionou o apoio financeiro às Associações Regionais, e em especial os critérios de apoio; questionou também a Direção sobre a rubrica “outras contas a receber” e o seu detalhe; e a rubrica “outras contas a pagar”, na parte das arbitragens e os valores a receber dos Clubes, invocando que se fala que a Direção não paga aos árbitros porque não recebe dos clubes e se isso pode ser esclarecido; De seguida, interveio o Delegado António Rebelo, da Associação de Andebol de Santarém, que se referiu a questões de fiscalidade dos árbitros, nomeadamente ao facto de a Federação estar a emitir as declarações anuais dos árbitros com tributação dos valores de despesas de deslocação e subsídio de alimentação, e que isso está a provocar dificuldades aos árbitros, em particular os mais jovens e que gostaria de ser esclarecido pela Direção; colocou também a questão dos atrasos nos pagamentos dos árbitros e que a Direção teria de adotar medidas para fazer face a tais atrasos, sugerindo a celebração de um empréstimo bancário.

A fim de serem esclarecidas todas as questões colocadas, o Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Federação, que indicou que tais esclarecimentos iriam ser prestados pelo Vice-presidente Miguel Fernandes, em função dos assuntos em causa. No uso da palavra, este começou por clarificar a matéria dos apoios às Associações Regionais, que constam e estão inscritas no orçamento da FAP para o ano de 2026, que sofreu um ligeiro aumento, e que estão em fase de execução os respetivos contratos-programa de 2025/2026, estando a ser executadas as relações financeiras e a serem transferidos mensalmente os valores para cada Associação Regional, sendo uma matéria que é acompanhada pelo Diretor estatutário nomeado pela Direção, Augusto Silva; neste âmbito referiu-se também aos novos critérios de financiamento, na sequência de reuniões havidas com todas as Associações, e que o



## ATAS

Folha 28

Contrato Programa do IPDJ das Atividades Regulares compreende os apoios a prestar aos Clubes e ás Associações Regionais, sendo que está na base da relação financeira que permite depois a Direção da FAP celebrar os respetivos Contratos Programa de apoio com cada uma das Associações Regionais; relativamente à questão sobre a rubrica “outras contas a receber”, a nota 10 do Anexo ao Relatório e Contas detalha essa rubrica, e nas “outras contas a pagar”, que está detalhada na nota 17 do Anexo, inclui as verbas relativas à arbitragem, referiu que se verifica de facto um atraso nos pagamentos aos árbitros, que isso tem sido uma preocupação e uma das várias prioridades para a FAP, salientando o facto de a Direção fazer uma gestão integrada e que, desde 15 de dezembro de 2025 até à presente a Direção efetuou 349.214,75€ de pagamentos a favor dos árbitros; que não obstante tais atrasos, a Direção iria continuar a honrar tais compromissos e que essa continuará a ser uma das prioridades da gestão e que os árbitros são e fazem parte da nossa comunidade e são tão importantes como todos os demais agentes desportivos; referiu-se, de igual modo à forma como a Direção faz a gestão da modalidade e ao facto de estarmos a 9 de maio e não só não sabermos o valor anual dos apoios financeiros por parte do IPDJ e do respetivo Contrato-programa, como pela primeira vez em vários anos se ter verificado uma quebra no financiamento público no mês de Abril, e que não obstante não ter entrado qualquer receita do Contrato programa nesse mês a Direção ter executado todas as atividades programadas e de ter pago despesas e encargos de aproximadamente 300.000 euros; e que neste cenário era um milagre o que se estava a fazer na FAP, pois desde o ano de 2025 que não é possível realizar qualquer atividade sem que seja pago antecipadamente toda a despesa, o que não só constitui uma grande mudança e desafio no modo de gestão quando comparado com o que se fazia anteriormente, como implica que a Direção tenha de ter uma grande capacidade e robustez de tesouraria, o que não sucede, e se agrava quando as contas a receber (quer das entidades públicas, quer dos Clubes e demais entidades) não são pagas em tempo útil; esclareceu, ainda, que não é verdade que a Direção não pague aos árbitros por causa exclusiva das dívidas dos Clubes, pois tem não só a receber dos Clubes, mas também de outras entidades, como IPDJ, COP, autarquias, etc, como pode ser bem espelhado nas nota 9 e 10 do Anexo ao Relatório e Contas, que discrimina as entidades federadas e as contas a receber; Já no que respeita à questão do IRS dos árbitros, esclareceu que a FAP atua e procede de acordo com o determinado pelo entendimento da AT sobre essa matéria, assim como de acordo com as recomendações da DFK, revisora oficial de contas, e que não



## ATAS

Folha 29

tributa as despesas de deslocação, nem os subsídios de alimentação, quanto muito a tributação incidirá no valor remanescente; e salientou que uma grande parte dos árbitros recebe ao abrigo do Regime de Bolsas de Formação, que isenta de qualquer tributação até ao limite legalmente previsto. Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu as Contas do Exercício do ano de 2025 à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

De seguida, entrou-se no Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, outros assuntos de interesse da modalidade.

Interveio o Delegado Joe Carlos Correia, da ANCANP, que cumprimentou todos os presentes e colocou duas questões, uma relacionada com o Campeonato da PO1-A, onde entende que a verdade desportiva está a ser afetada pelo facto de ser permitido que um atleta do Académico do Funchal possa ser utilizado também, com um segundo CIPA, pelo Marítimo; e a segunda, com o facto de não serem designados delegados para os jogos da Prova PO1-A citada, que deveria ter delegados; De seguida, interveio o Delegado António Manso, da ANCANP, que começou por se referir ao processo de certificação de clubes, questionando quando seriam entregues os certificados, pois tal é muito importante para as comunidades locais, e porquê que o campeonato da PO2 esteve parado tanto tempo;

A fim de serem esclarecidas as questões colocadas, o Vice-Presidente Miguel Fernandes salientou, quanto à questão da utilização de jogadores, que existe base regulamentar para tal, ao abrigo do art.º 9 do Título I do RGFAP e Associações e que a Direção autorizou a celebração de Protocolos de Cooperação entre Clubes nesse âmbito, sendo conhecidos vários Protocolos, em variados pontos do País, como por exemplo, entre o Marítimo e o Académico do Funchal, entre o Clube de Futebol Os Belenenses e o Esfera, entre o Passos Manuel e o Rangers de Telheiras, entre o Vitória Sport Clube e o Fermentões, entre muitos outros, todos eles autorizados pela Direção da FAP ao abrigo de tal permissão regulamentar; quanto aos Delegados esclareceu que a gestão dos Delegados cabe, nos termos regulamentares, à Direção e que na corrente época delegou essa competência no Conselho de Arbitragem, abrangendo as provas Andebol I e PO9, e segundo julga também a PO1-A, matéria que pode ser confirmada pelo membro do Conselho de Arbitragem aqui presente nesta Assembleia Geral; Interveio, também, o Presidente da Federação, para esclarecer que quanto à entrega dos certificados a mesma iria ser agendada para breve; e que o campeonato ficou parado devido à semana e ao período das seleções nacionais e à

## ATAS

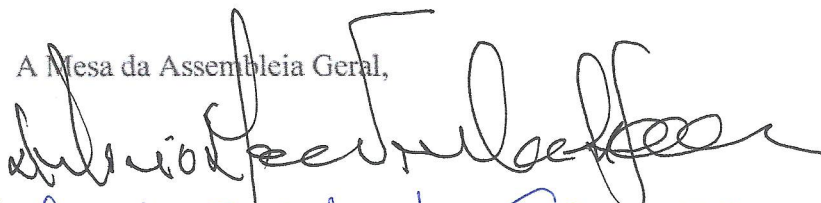
Folha 30

disputa de eliminatórias da Taça de Portugal; referiu que a gestão da FAP é integrada e que a questão dos pagamentos aos árbitros é e continuará a ser uma das prioridades na gestão, mas que não havia possibilidade de se celebrar empréstimos para essa finalidade; Por fim, interveio o Vice-presidente do Conselho de Arbitragem, Fernando Ferrão, que explicitou o modelo de gestão dos delegados, os critérios subjacentes aos mesmos e que na corrente época, até determinado momento, houve também designação de delegados na POI-A, e que a pedido da Direção cessou para esta fase final do Campeonato, que conta com 2 delegados nalguns jogos decisivos da Andebol 1 e de um delegado na PO-9, e que na próxima época a Direção tomará as suas decisões e o Conselho de Arbitragem estará disponível, como sempre, para articular e apoiar no que for preciso.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada pelas treze horas e dez minutos. Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

Para que conste se lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros que compuseram a Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

  
Isabel Maria Baptista Garcia  
Arbitro